

**COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA.**

NIRE 33.3.0026878-2

CNPJ nº 04.652.792/0001-30

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2001**

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Realizada aos 3 dias do mês de dezembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Av. Elias Agostinho, 665, bloco B, sala 113, Imbetiba, CEP 27913-350, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.
2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de Editais de Convocação conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do “Livro de Presença”.
3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Artigo 26, §1º do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Arthur Lopes Lencastre Pinheiro, que convidou o Sr. Joaquim Gabriel Penteado Neto para secretariá-lo.
4. ORDEM DO DIA: re-ratificação das deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de outubro de 2001 (“AGE”), constantes dos itens (x), (xi. b), (xii. d), (xii.2) e (xix) da ata da AGE.
5. DELIBERAÇÕES: Após a discussão da matéria, deliberou-se, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, re-ratificar as deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de outubro de 2001, passando os itens (x), (xi. b), (xii. d), (xii.2) e (xix) da ata da AGE a ter a seguinte redação:

“(x) Colocação e Procedimento da Distribuição: A distribuição das Debêntures será pública, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.”

“(xi) Garantias: Mediante a celebração dos Documentos de Garantia, os futuros debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, deverão se tornar “Partes Garantidas” e serão beneficiários dos contratos de garantia descritos brevemente abaixo:

b) Contrato de Caução de Contas - Através do Contrato de Caução de Contas, a Companhia se compromete a dar em caução aos Debenturistas, na qualidade de, nesta data, primeiras e únicas Partes Garantidas, (i) a totalidade dos créditos detidos pela Companhia contra a instituição financeira a ser nomeada, referente aos recursos a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Receita e na Conta de Desembolso administradas pela referida instituição financeira; e (ii) todos e quaisquer títulos a serem adquiridos por essa instituição financeira com tais recursos e os recursos resultantes da venda desses títulos.”

“(xii. d) Vencimento Antecipado: Sempre observado o disposto no Subitem 6.2.2 desta Escritura, no Contrato de Partilha de Garantias e no Contrato de Custódia e Controladoria, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

d) protestos legítimos e reiterados contra a Companhia, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que a Companhia receber o aviso de protesto enviado pelo cartório de protestos nesse sentido;”

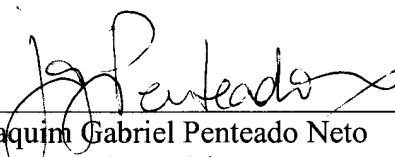
“(xii.2) Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos subitens “b”, “e” e “f” acima ou se a Companhia contrair qualquer endividamento sem a anuência prévia de Debenturistas detentores de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, exceto no tocante ao endividamento resultante desta emissão de Debêntures, ao empréstimo a ser concedido à Companhia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de repasse contratado junto aos Bancos Agentes bem como à eventual Linha de Liquidez a ser concedida à Emissora pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., referidos eventos deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, e as Debêntures tornar-se-ão antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais subitens acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.”

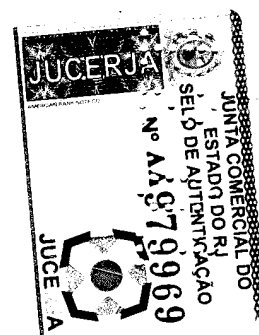
“(xix) Publicidade: Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário sobre a realização de qualquer publicação com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.”

6. RATIFICAÇÃO: Fica desde já esclarecido que as demais deliberações tomadas na AGE são neste ato ratificadas pelos acionistas da Companhia, permanecendo em pleno vigor.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Macaé, 3 de dezembro de 2001. (aa) Presidente: Arthur Lopes Lencastre Pinheiro; Secretário: Joaquim Gabriel Penteado Neto. Acionistas: (i) UNIBANCO AIG S.A. – Seguros e Previdência p. Carlos Henrique Tonon Ximenes de Melo e Cristóvam Mangione Sobrinho; (ii) JPM Participações S/C LTDA. p. Joaquim Gabriel Penteado Neto, Gabriel Penteado e Maria Izabel Penteado Whately; (iii) Arthur Lopes Lencastre Pinheiro; (iv) Oswaldo Guerra D'Arriaga Schimdt; (v) Joaquim Gabriel Penteado Neto.

Confere com a original  
lavrada em livro próprio.

  
Joaquim Gabriel Penteado Neto  
Secretário



00001205063  
DATA : 06/12/2001

Maria Cristina V. Contreiras  
Secretaria Geral

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.  
COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA

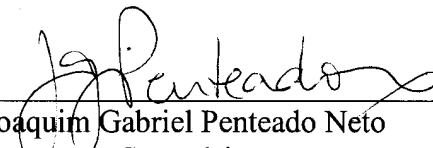
**COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA**  
**NIRE 33.3.0026878-2**  
**CNPJ/MF nº04.652.792/0001-30**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2001**

**LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS**

<b>Acionistas</b>	<b>Ações Ordinárias</b>
JPM Participações S/C LTDA.	499
UNIBANCO AIG S.A. – Seguros e Previdência	498
Arthur Lopes Lencastre Pinheiro	1
Oswaldo Guerra D'Arriaga Schimidt	1
Joaquim Gabriel Penteadó Neto	<u>1</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.000</u></b>

Confere com a original  
lavrada em livro próprio.

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim Gabriel Penteadó Neto  
Secretário